



Manoel Bomfim: Identidades Latino-americanas¹

Ivan Paulo Silveira SANTOS²

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

É bastante conhecido dos pesquisadores e leitores da obra de Manoel Bomfim o seu nacionalismo, por vezes exagerado. Na visão do autor, esse fenômeno de identidade pátrio das nações está assentado em três vieses. O primeiro é o expresso antilusitanismo, que imprimiu redesenhar a História brasileira. Desta feita, eventos históricos representativos das origens do País deveriam ser completamente redefinidos, constituindo outros mitos de origem. O segundo viés é a visão de que a América Latina faz parte de um bloco em particular. Assim, compartilha processos históricos e sociais em comum. Esses processos originados pela colonização ibérica no continente. O terceiro viés, por fim, é o de feroz crítica ao princípio de superioridade racial, que condenaria os latino-americanos a uma contínua subalternidade. Algo que, para Bomfim, representaria apenas um posicionamento de inferiorização de nações, cuja mestiçagem já teria alcançado certa maturidade. Portanto, o autor criou, com tais vieses, uma proposição de identidade brasileira e latino-americana. O indivíduo faz parte de uma raça própria surgida na América que, em si, não se encontra em uma posição de inferioridade biológica, mas em um déficit de capacitação oriunda da instrução. Essa característica seria comum entre os latino-americanos, já que seu processo histórico-social de formação fora egresso de meios que vilipendiaram essas nações. O que lhes deixou uma herança altamente conservadora. Logo, a necessidade construir novos mitos de origem foi a fim de expurgar tais heranças e constituir uma nova trajetória histórica e identidades de nação.

Palavras-chave: Bomfim, identidades, latino-americanos.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos do nacionalismo de Manoel Bomfim. Através de elementos que o autor construiu a partir de sua proposição de uma identidade tanto brasileira quanto latino-americana. Tal identidade estaria assentada em três pontos: a) o antilusitanismo ou antibragantismo; b) a compreensão de que a América Latina representaria um bloco, em virtude de possuir um processo histórico e social comum; e, c) duras críticas à concepção de superioridade racial. Esses elementos foram desenvolvidos por Bomfim em algumas de suas obras. Curiosamente são as obras tanto de início

¹ Trabalho apresentado no GT 03 - Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Professor do Ensino Básico da SEDUC/SE. Graduado em História pela UFS e Mestre em Sociologia pelo PPGS (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS), e-mail: ivanpaulo73@yahoo.com.br.



quanto do fim da trajetória de vida e intelectual do autor. Entre elas estão A América Latina: males de origem (1905) e a série Brasil na América (1929), Brasil na História (1930) e Brasil Nação (2 Vols – 1931).

A análise, objeto deste artigo, foi empreendida a partir de alguns excertos daquelas obras de Manoel Bomfim, buscando-se, por conseguinte, se partir do próprio pensamento do autor. As elocuções egressas diretamente de Bomfim foram o elemento básico de reflexão deste texto, para se compreender como constituiu aquele conjunto de características identitárias. Nesse ínterim, é preciso esclarecer que Bomfim não elaborou tais propostas conceituais de uma maneira sequenciada. Representam diferentes contextos da vida e do trabalho do autor. No entanto, também compreendem uma continuidade da composição das ideias de Bomfim em seu percurso. Desta feita, é preciso salientar que este breve artigo não pretende, em consequência, esgotar o tema nem o aprofundar em si. Ao contrário, a intenção é de introduzir possibilidades analíticas à obra e ao pensamento de Manoel Bomfim.

A fim de dar suporte as análises, alguns referenciais teóricos foram utilizados. Destacaremos, para a perspectiva central de discussão dos processos e conceito de identidade José Carlos Reis, em As identidades do Brasil: De Calmon a Bomfim; Renato Ortiz, Cultura Brasileira e Identidade Nacional; Dante Moreira Leite, O Caráter Nacional Brasileiro; Marilena Chauí, Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária; e, Benedict Anderson, Nação e Consciência Nacional. Somadas a essas obras, também utilizamos os seguintes artigos: de coautoria de Frank Nilton Marcon e Marcelo Alario Ennes, Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder; e de Cleiton Ricardo das Neves, Discutindo Identidade: Manoel Bomfim e o discurso identitário latino-americano. Para breves contextos de caráter mais historiográfico foram utilizados Lilia Moritz Schwarcz, em As barbas do Imperador e Gabriel Passetti, Confederações indígenas em luta por participação política e territorial: Argentina, 1852-1859.

As três concepções de identidade nacional

Anderson (1989) vê o nacionalismo como um elemento oriundo de processos culturais. Esse fenômeno afirmou-se ao longo do século XVIII para o XIX pela consolidação de línguas vernáculas, tornadas nacionais pela intensa massificação



através de uma indústria editorial. Em outras palavras, para o autor, a padronização linguística, a partir de processos industriais, criou elementos de mútuo reconhecimento entre os indivíduos. Entenderam, através dessa construção, como parte de conjunto maior. Logo, para Anderson (1989), de maneira aqui simplificada, a identidade nacional perpassaria pela ideia de uma unidade linguística. Contudo, essa ótica só passa a existir a partir de um processo midiático de largo alcance, que faz com que determinado padrão seja expandido a uma grande massa da população.

Para Leite (1983) o nacionalismo também tem suas origens no século XIX. No geral, seria formado por um conjunto de elementos dispare, mas que representariam a concepção de origem comum. Compreende o autor que o que denomina de “caráter nacional” está associado a determinados sentidos, cuja composição depende de vários fatores. Porém, o Imperialismo do século XIX teve uma singular influência, já que Leite (1983) vê no Etnocentrismo daquele contexto um elemento chave da elaboração do nacional. Em uma perspectiva externa, é a construção de nós e dos outros quanto, na perspectiva interna, a idealização de uma uniformização. Obviamente considerando que em países diversos o “caráter nacional” possui distintas características e meios de constituição do seu pretenso amálgama social.

Essas primeiras noções já trazem algumas possibilidades de reflexão do entendimento de identidade nacional de Bomfim. A princípio, o de conexão com um momento de avanço de uma cultura letrada, que se afirmava um importantíssimo meio de produção e divulgação das ideias. Além desse aspecto, há também que se considerar que o contexto igualmente induz a concepção das ideias como elementos potencialmente transformadores sociais. Característica bastante assertiva em relação aos pontos de vista de Bomfim. Afinal, expressava o autor vigorosamente em sua obra meios de reforma da sociedade. Em primeiro momento pela Instrução Pública, em um segundo pela através de ações de caráter revolucionário. As proposições identitárias de Bomfim são egressas daquela conjuntura e tendência de pensamento apresentada por Anderson (1989) e Leite (1983). Logo, estão inseridas, no que se possa afirmar, de tendências de disputas tanto intelectuais quanto políticas.



No que tange à tese de Leite (1983) sobre a identidade nacional, Bomfim compartilha a visão de que esse fenômeno está ligado à conjuntura do Imperialismo europeu do oitocentos. O aspecto político é de particular interesse para Bomfim, pois vê as nacionalidades latino-americanas egressas de processos de antagonismo em relação às nações imperialistas. Em consequência à construção desse outro, levando-se consideração do contexto do século XIX, está muito associado ao às Teorias Raciais. O outro, para o europeu, é o inferior a mim e uma ciência testificava essa assertiva. Então, a identidade daqueles subalternizados foi construída a partir de uma propositura de superação daquela pretensa inferioridade. Muito embora, internamente aos países latino-americanos, serviram à afirmação de estruturas de poder. Características, essas últimas, que serão mais particularmente trabalhadas mais à frente neste texto.

Ennes e Marcon (2014) discutem o tema identidades a partir da perspectiva das possibilidades teóricas. Entendem os autores que o tema sofreu certo desgaste pela grande profusão de usos, inclusive acadêmico, do conceito. Em relação a esse último, talvez se possa dizer que houve certo modismo. Todavia, a discussão que se busca para este artigo é, a partir da compreensão de Ennes e Marcon (2014), de que as dificuldades de emprego do conceito advêm, também, de disputas intelectuais e políticas. Afinal, os indivíduos, nos diversos campos, intentam afirmar suas posições e interesses. Neste sentido, tenderiam, segundo os autores, a essencializar o conceito de identidades, impondo-lhe caracteres de padronização tanto normativa quanto moral. Perspectiva semelhante tem Reis (2006) que, já na introdução de sua obra, afirma que existem tanto uma forma “essencialista” quanto “não-essencialista” de se compreender as identidades. O autor até se utiliza de uma peculiar metáfora para explicar a diferença entre ambas. A primeira, a essencialista, é algo como uma “[...] madeira de lei, de ferro, pesada, inarredável” (REIS. 2006. p. 13). O excerto traz a óbvia imagem de fixidez em relação à visão sobre identidades. Argumenta sobre aquele ponto de vista usual que remete, por exemplo, a ideia de origem primordial. A outra perspectiva, evidentemente oposta, vê as identidades enquanto um processo. Seria constituído a partir de um decurso de fatores diversos que se encadeiam em determinados contextos, por conseguinte, haverá outro encadeamento em outra conjectura.



Tal reflexão é apropriada sobre o conceito de nacionalidade desenvolvido por Bomfim. Isso porque a afirmação de um nacionalismo para os latino-americanos resultaria da contestação enfática do autor sobre voga do pensamento de sua contemporaneidade. Estava Bomfim, por conseguinte, em choque com concepções já firmadas nos meios intelectual e político de seu tempo. Aspecto em consonância com a argumentação de Ennes e Marcon (2014) ao afirmar que as “[...] identidades [devem ser compreendidas] fundamentalmente como relacionais” (2014. p. 277) e que Reis (2009) também salienta a percepção de processo. São as dinâmicas sociais, atadas a determinados conjecturas, que lhe delineiam características, significados e alcance político e social, por exemplo. Pode-se ver nas palavras do próprio Bomfim (2005) uma análise que reflete algo daquele conflito representativo do debate das identidades:

Veriam, ainda, que certas qualidades, citadas como defeitos, são, antes, predicados estimáveis, deturpados, apenas, pela ignorância e falta de educação propriamente dita. Não refletem, sequer, no seguinte: que, se há nesses naturais incapacidade essencial para o trabalho e a atividade, ela é efeito do clima, e se manifestará fatalmente sobre qualquer raça ou gente que aqui se aclimate. A vida num país quente obedecerá sempre às condições que o clima oferece; e neste particular, as raças já aclimatadas oferecem, forçosamente, vantagens sobre as recém-chegadas. (BOMFIM. 2005. p. 201)

Neste breve trecho se percebem duas importantes premissas defendidas pelo autor: a) a de que a concepção de a população brasileira ser miscigenada é algo a se tomar partido, já que pode se constituir uma vantagem para o País; e b) em assim sendo, Bomfim está categoricamente infringindo uma severa crítica não à premissa da existência de raças humanas, mas de haver uma ideia de hierarquização entre elas. Observe-se que o autor não é necessariamente um objetor do Evolucionismo e a certas noções de vertentes desse pensamento, a exemplo do Darwinismo Social. Afinal, ratifica a ideia de raça e pontua a respeito de influências mesológicas sobre a sociedade. Contudo, condena a ideia de relação de superioridade e inferioridade racial. Frisa Bomfim que “*certas qualidades*” dos indivíduos são tomadas como “*defeitos*”. Quais seriam essas qualidades desdenhadas por axiomas raciais do século XIX para o XX? O caráter presumidamente miscigenado da população brasileira que, para Bomfim, dados os séculos de colonização, significava que já constituía uma raça singular a outras. O que nos indica a conceber que, para o autor



de Males de Origem, os brasileiros se constituem uma raça miscigenada e essa nossa característica, por conseguinte, deve ser o nosso elemento de identidade nacional. Afirmar em contrário, estabelecer prenoções adversas sobre a composição do povo brasileiro seria desconsiderar nosso País. Logo, um dos vieses do nacionalismo é compreender essa característica racial particular da nação brasileira e que ela, em si, não é um fator de atraso ou uma desvantagem. Na prática, isso ocorre pela incompreensão daqueles aspectos a partir de errôneos julgamentos da voga do pensamento racial do período de transição do século XIX para o XX. Enfim, autor contesta a narrativa depreciativa daquilo que, paradoxalmente, julga aspectos distintivos dos latino-americanos. Argumentação que, por conseguinte, pode ser classificada como a construção de uma ótica não-essencializada ou fixa por parte de Bomfim.

Anderson (1989), ao falar da formação dos nacionalismos nas esferas coloniais, aponta que:

Os mestiços mexicanos de fala espanhola traçam suas genealogias, não até os conquistadores castelhanos, mas até os semi-esvaecidos astecas, maias, toltecas e zapotecas. Os patriotas revolucionários uruguaios, eles mesmos crioulos, adotavam o nome Tupac Amaru, o último grande rebelde indígena contra a opressão crioula, morto em 1781 sob torturas inenarráveis.

Pode parecer paradoxal que os objetos de todas afeições sejam “imaginados” – companheiros talagos anônimos e sem rosto, tribos aniquiladas, Mãe Rússia, ou *tanah air*. A esse respeito, porém, o *amor patriae* não difere das demais afeições, nas quais sempre existe um elemento de imaginação apaixonada. (1989. p. 167-168)

Segundo Anderson (1989), o sentimento de nacionalidade de países que passaram por processos coloniais, como o Brasil, estariam condicionados à ideia de uma construção de origem diversa ao colonizador. Os mexicanos e uruguaios, embora falantes de espanhol, buscam referenciar-se àquelas populações e personalidades autóctones, que justamente representam um elemento de resistência ao colonizador ibérico. A semelhante consideração chega Leite (1983) quanto aos nacionalismos latino-americanos. Acrescenta a perspectiva que os nacionalismos latino-americanos, mais especificamente o brasileiro, tenderam a certa cópia ou imitação do modelo europeu. Em assim sendo, para Leite (1983) os nacionalismos latino-americanos foram mais a expressão de uma oposição ao passado colonial e ao



expansionismo imperialista do oitocentos, sem, contudo, necessariamente superar os modelos europeus. Tal aspecto, porque:

Haveria, é verdade, o caso do nacionalismo dos países sul-americanos, frequentemente defensivo, isto é, desenvolvido como processo de simples afirmação nacional diante do imperialismo. Mas ainda aqui, esse nacionalismo saudável é apenas forma de oposição ao expansionismo de outros países, e este dificilmente poderia ser entendido como caminho para maior entendimento entre os povos. (LEITE. 1983. p. 11)

A singularidade residiria essencialmente na elaboração daquela narrativa de superação ao colonizador europeu. E, também semelhantemente ao que ocorreu na Europa, o intelectual brasileiro foi um elemento fundamental para tanto a composição quanto a internalização do discurso da identidade nacional. Nesse conjunto de indivíduos, em particular, os literatos, ou seja, a Literatura obteve mais reconhecimento e alcance sobre a população. Não apenas em razão do advento de parque editorial, como bem assinalou Anderson (1989), mas também em razão de a linguagem da Literatura estar mais presente e a inteligível ao conjunto social (LEITE. 1983). O não quer dizer que outros campos, a exemplo o do saber acadêmico, também não tenha tomado partido e dado sua contribuição ao debate da identidade nacional. Por exemplo, no caso da historiografia brasileira oficial, bastante fundamentada na produção do IHGB, na época de Bomfim, tradicionalmente produziu uma visão mais lusitana e que meio que isolava o País de sua região (SCHWARCZ. 1988). Essa é outra perspectiva que Bomfim buscou refutar. Isso, no intuito de classificar outra característica para o nacionalismo brasileiro, em relação ao seu modelo historiográfico tradicional. Nesse sentido, Reis (2006) afirma que uma grande preocupação de Bomfim era desconstruir o modelo lusitano. Segundo o autor, Bomfim distinguia no Brasil duas narrativas historiográficas: uma [...] “oficial”, “bragantina”, “antipatriótica”, “portuguesa” [e outra] “patriótica”, “republicana”, “revolucionária”, “brasileira” (REIS. 2006. p. 187).

Deste ponto é preciso um breve adendo, já que ao se estabelecer aquela distinção de modelos historiográficos, tratar-se-á a respeito dos mitos fundacionais. Afinal, eles estão inseridos nas narrativas históricas dos diversos países a lhes estabelecer as referências de origem. A título teórico tomaremos para este texto a definição de Chauí (2000) de mito fundador. Diz a filósofa que mitos fundadores são processos dinâmicos, conectados a diversos fatores que, em determinados



contextos, são conjugados entre si e legitimados pelos indivíduos e sociedades. Atenta ainda que é imperativo distinguir mito fundador de formação, que é outro conceito, para Chauí (2000), esse último bastante recorrente entre historiadores. A formação teria um sentido mais fixo, já que “[...] refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido (CHAUÍ. 2000. p. 9)”.

A análise da filósofa encontra bastante aderência às críticas de Bomfim aos convencionais mitos fundacionais brasileiros, a exemplo do Descobrimento ou 7 de Setembro. Foram amplamente contestados pelo autor de Males de Origem por representarem aquela visão áulica, colonial, lusitana e bragantina. Propõe como verdadeiros mitos fundacionais para o Brasil, por exemplo, a Batalha dos Guararapes (1654), a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824) (REIS. 2006). Na análise de Bomfim tais eventos simbolizariam momentos de formação mais propriamente da história nacional e, por conseguinte, uma identidade brasileira. Afinal, cada um deles se opuseram justamente ao colonialismo lusitano e à família Bragança. Argumentação que se enquadra à análise de Anderson (1989) de busca de desagregação do colonizador europeu. Nos trechos, respectivamente de Brasil Nação e Brasil na História, observa-se a construção dessa linha de pensamento:

Desde que os Andradas tomando a sério o 7 de Setembro, acentuaram uma política um tanto hostil ao Portugal, com quem estávamos em guerra; desde esse dia, que D. Pedro I mostrou a verdadeira significação da sua política. Concluindo o capítulo dado a esses fatos Armitage anota a verdade: “quando a força das circunstâncias tenha obrigado o governo a outorgar uma constituição, um princípio retrógrado prevalecia na maior parte dos atos administrativos... a tendência a favor dos portugueses era manifesta”. (BOMFIM. 1998. p. 58)

No segundo reforça o posicionamento afirmando que:

A história consagrada alonga-se em contar a conjura dos independentes de 1822... Tortuosa como foi, a independência tem o dom de fazer desatinar. O Brasil que, então, se proclamou autônomo e soberano, estava sob o governo de *legitimíssimos* representantes da metrópole: fez-se a revolução separatista, e ele continuou sob o governo da mesma gente, sem nenhuma alteração no pessoal do Estado. Foi, tudo, como continuidade do próprio governo, que, apenas, mudou de dístico. Simples substituição de placa. (BOMFIM. 2013. p. 463)



Até com certo sarcasmo Bomfim desautoriza e desqualifica o 7 de Setembro como data referencial para o princípio de um Estado brasileiro autônomo. No fim, acaba por perguntar que independência é essa em que continuávamos a ser governados por portugueses e pela família Bragança?! Inclusive, sugere quase subliminarmente que brasileiros, os irmãos Andradas, apoiaram o processo em erro. Isso não porque estivessem equivocados quanto a necessidade de rompimento do Pacto Colonial, mas que esse foi feito em uma espécie de uma quebra parcial e não total. Algo que contribuiu para um ambíguo status político de nação independente, mas ainda dependente em virtude da continuidade da regência de seus antigos senhores. Todo esse conjunto de aspectos teria formando um sentimento nacional no brasileiro igualmente dependente. Então, a razão de se buscar um outro referencial histórico para os mitos fundacionais brasileiros. Isso, a fim de constituir uma narrativa nacional realmente autônoma, própria e, assim como asseverou Anderson (1989), em oposição ao antigo colonizador. Para Bomfim, essa característica significava uma identidade de fato patriótica e, por conseguinte, brasileira.

Por outro lado, tomando-se a argumentação de Chauí (2000) pode-se inferir uma crítica de que Bomfim apenas acabou por propor uma substituição de uma formação por outra. Escolher outras datas e eventos davam certamente à narrativa histórica um ponto de vista mais nacional, e conseqüentemente, mais autoral. Isso, a partir da perspectiva de Bomfim. Mas, a partir da ótica de Chauí (2000), Guararapes e Revolução Pernambucana, por exemplo, representaria tão somente outra concepção de formação. Em assim sendo, não haveria na proposição de Bomfim, segundo a filósofa, o elemento de dinâmica, mas a concepção de fixidez, de construção semelhante ao do 7 Setembro, porém em discurso de distinto viés.

Outra perspectiva importante para Bomfim era a compreensão de que o Brasil faz parte de um bloco regional. Entendia o autor que o País era parte da América Latina não apenas em razão de uma condição meramente geográfica. Isso, apesar de o Brasil parecer buscar uma europeização, assimilando paradigmas a partir de modelos daquele continente, inclusive raciais. Afinal, afirma Bomfim que:

Transplantadas para a América, as gentes da península transmitiram as suas qualidades distintas às novas populações. Aqui encontramos essa mesma plasticidade intelectual e essa mesma sociabilidade, acaso mais desenvolvida ainda. A assimilação dos povos se tem feito, até entre raças radicalmente distintas – brancos, pretos e índios. É por isso que, apesar das distâncias, da extrema disseminação dos



povos e da falta de comunicações, há menos diferença entre os brasileiros de Manaus e o de Santa Catarina que entre o bretão e um marselhês; o alemão de Saxe se distingue melhor do de Hamburgo que não se distingue o venezuelano do argentino. (2005. p. 260)

Tal similitude, apresentada no trecho, em razão justamente da característica miscigenada das populações americanas. Esses grupos já teriam atingido certo grau, senão de uma homogeneidade racial, mas de um conjunto social singular àqueles que lhes deram origem. Tal o é que, para Bomfim, os europeus de uma mesma nacionalidade guardariam entre si mais distinções do que latino-americanos de nacionalidades diversas. O fator que provocou essa particular característica seria justamente explicado por esse fenômeno da miscigenação e pelos meios da colonização ibérica. Esse aspecto, ao contrário do que o pensamento racial afirmava, criaria uma singular homogeneidade através justamente do próprio processo de colonização europeia. Enfim, um dos elementos caracterizadores das populações latino-americanas tanto na perspectiva de comporem uma espécie de bloco quanto de formação de suas respectivas nacionalidades. Desta feita, reafirma o autor de uma maneira distinta essa concepção de identidade em relação a um bloco. Praticamente um quartel de século depois do lançamento de *Males de Origem*, Bomfim (1929) publica *O Brasil na América*, e já na introdução afirma que:

Na substância dos fatos, existem diversas nações americanas, umas de origem inglesa, com formação muito própria, na tradição dos costumes políticos originários, como existem nações providas da colonização espanhola, ao lado do Brasil, formado por Portugal. Há parentesco entre espanhóis e portugueses; houve necessidades comuns às duas metrópoles, e processos análogos de colonização, resultando, de tudo isto, uma qual aproximação de caracteres nos povos neoibéricos. E é tudo, pois que, após todo desenvolvimento definidor, há mais diferenças entre a Nação Brasileira e essas em que deram os vice-reinados castelhanos, do que entre as mesmas nações colonizadoras – Espanha e Portugal. Note-se, ainda; se aproximarmos chilenos de guatemaltenses, mexicanos de argentinos, cubanos de paraguaiois... nuns e noutros, encontramos, já, caracteres nacionais específicos, separando-os em povos bem distintos. (BOMFIM. Edição Kindle. posição. 67)

Nesse outro texto e contexto da trajetória do pensamento do autor, observa-se uma pequena contradição. Em *Males de Origem*, Bomfim fez afirmação distinta, agora, diz que entre a “*nação brasileira*” e os descendentes dos “*vice-reinados castelhanos*” há mais distinções do que entre portugueses e espanhóis. Daí, logo se perceberiam entre esses latino-americanos suas diversas nacionalidades. Todavia, mantém o autor o argumento de que tais nacionalidades são a representação de uma ideia de



bloco regional. Tal o é que, em um parágrafo logo anterior ao trecho citado, salienta que há um sentimento comum entre as populações ibero-americanas ou neoibéricas que seria o da “*latinidade*”. Isso, de uma forma tal que essas populações não se apercebiam muito desse fenômeno de latinidade, mas que está lá presente. E, a dificuldade de percepção àquele sentimento de ser latino, de se reconhecer parte de um determinado conjunto de nações, no geral, estaria consorciado aos aspectos alcunhados como pejorativos a tais populações. Na contemporaneidade de Bomfim esses pejorativos eram os raciais em virtude da tendência imposta pelas Teorias Raciais. Concepções conceituais que não apenas dividiam a humanidade em raças, mas a hierarquizavam. Nessa classificação, os latino-americanos partiam atrasados para chegar em lugar algum em razão do seu pretenso caráter miscigenado e, em consequência, inferior segundo aquelas teorias.

Essa característica de relacionar uma inferioridade de populações latino-americanas, por meio de concepções raciais do século XIX é observada também por Passetti (2009) ao analisar o processo de expansão territorial argentino. Afirma o autor que:

A vida na fronteira indígena de Buenos Aires era extremamente tensa e as décadas de invasões e combates fortaleceu um ideário cujas propostas supunham a supressão física do inimigo indígena. A partir destas vivências e experiências, gestaram-se as propostas genocidas empreendidas no final da década de 1870.

[...]

Após uma década de intensos e violentos malones, os portenhos e os liberais argentinos em geral, passaram a identificar os indígenas como um conjunto de forças políticas e sociais a serem suplantadas para a modernização nacional. As intensas resistências na década posterior e o fortalecimento das teorias racistas levaram a um ponto de inflexão em que as elites detentoras do poder propuseram a supressão física dos indígenas.

Ao final da década de 1870, os militares da fronteira indígena assumiram o controle do Estado e a proposta de extermínio, gestada há vinte anos e fortalecida pelos ideais de branqueamento nacional e uso intensivo da mão-de-obra imigrante, foi finalmente aplicada. (PASSETTI. 2009. p. 128 e 134-135)

Embora não seja a proposição de Passetti (2009) em si, mas sua argumentação reforçaria a concepção de Bomfim de a América Latina formar uma espécie de bloco. Isso, tomando-se como exemplo a forma de expansão territorial a partir da eliminação do elemento indígena, que era considerado um entrave à modernização da Argentina. Essa concepção preconceituosa se apoiava naqueles princípios racistas do século XIX e foram levados a termo pela elite *crioulla* portenha. Os



grandes proprietários da província de Buenos Aires (que controlavam o governo) compreenderam, daquela maneira autoritária, a construção de seu Estado (PASSETTI. 2009). Para Bomfim, isso representaria uma característica do processo de colonização ibérica na América e que ficou marcada em sua formação histórica e social. O autor descreveu essa característica como tradição “conservantista” (BOMFIM. 2005). Elemento constituinte da percepção de Bomfim da composição de um bloco regional, a partir daquela formação das nações latino-americanas. A constituição miscigenada da população e as semelhanças de formação e suas contradições representavam para Bomfim o elemento angular de identidade regional da América Latina ou “latinidade”. Elementos que a tendência do pensamento racial condenava e que, diversamente, autor de Males de Origem via como um ativo primordial. Por isso, a necessidade da construção de outra narrativa histórica própria aos países latino-americanos. Uma que abordasse os fatores constitutivos das nações, contudo, sem consonância com o discurso do colonizador.

Ortiz (2006) também assevera esse ponto de vista de Bomfim de um Brasil inserido em um conjunto regional. Diz o autor:

Um primeiro ponto chama de imediato a atenção: a problemática brasileira somente existe enquanto parte de um sistema mais abrangente, o da América Latina. Manuel Bonfim [sic] possui uma visão internacionalista que não encontra correspondência nos outros autores brasileiros da época. Neste sentido a questão nacional se reveste de uma especificidade política mais geral, pois perguntar-se sobre o Brasil equivale a se indagar a respeito das relações entre América latina e Europa. A compreensão do atraso latino-americano se liga assim ao esclarecimento das relações entre nações hegemônicas e nações dependentes. (ORTIZ. 2006. p. 23)

Logo, a compreensão do Brasil depende de uma análise do País em relação à América Latina. Não apenas na perspectiva espacial-geográfica, mas imperativamente também em relação àquela constituição histórica associada ao colonialismo, a sujeição frente ao Imperialismo europeu (do século XIX) e conexão com os modelos intelectuais e político do Velho Continente. As similitudes seriam demasiadamente fortes para serem ignoradas. Na verdade, bem mais do que isso, como já se analisou neste artigo, é depreender e internalizar que determinados países possuem ligações muito próprias entre si. Neves (2008) chama também a atenção que essa visão internacionalista de Bomfim não é única. Cita o autor algumas personalidades que também trabalharam a ideia de unidade latino-



americana, a exemplo de Simon Bolívar, José Enrique Rodó, Domingo Sarmiento e José Martí. A despeito de contextos e períodos distintos a Bomfim, destacaremos brevemente o último, José Martí. Segundo Neves (2008), há vários pontos de equivalência entre Martí e Bomfim. Por exemplo, Martí chama a atenção ao imperialismo estadunidense, que a época começava a se destacar. Fenômeno que Bomfim também denunciou, desde de a publicação de sua obra inaugural: *A América Latina: males de origem*, em 1905. O autor cubano também via na Literatura um importante veículo de construção de narrativas próprias. Tal composição a fim mais do que o enaltecimento, mas de elaboração de uma autonomia igualmente cultural dos colonizadores. Por fim, o ponto de vista de que “A construção da identidade latino-americana passa pela concepção de uma América Latina mestiça, sendo que a mestiçagem é o que temos de mais original, e, como tal, símbolo máximo do ser americano” (NEVES. 2008. p. 22). Se evoca, novamente, a ideia de mitos de origem. O ponto em comum das históricas das latino-americanas estão atrelados em sua origem colonial, miscigenada e conservadora. Todo esse processo resultou em uma herança vivenciada e compartilhada pelas nações da América Latina. É como uma espécie de marca, que caracteriza e determina o largo complexo de razões das gravíssimas contradições que aquelas nações ao sul do rio Grande possuem.

Considerações finais

A nacionalidade é um fenômeno originado de processos sócio-históricos, inseridos no contexto do século XIX. Naquele momento, as denominadas Potências Europeias se expandiam em uma tendência Imperialista e, concomitantemente, estabeleciam suas respectivas nacionalidades. Havia, por conseguinte, tanto um ato de afirmação externa quanto interna. No primeiro, diferenciava-se o nós dos outros em consonância com o segundo, que criava a uniformidade daquele nós.

Naquele mesmo século XIX, a América experimentava os movimentos de rebeldia que punham fim a séculos de dominação. Todavia, lançou o continente americano em uma complexa tarefa de formar Estados autônomos e não apenas no âmbito político-administrativo. Havia o desafio econômico e o de criar os mitos



fundacionais. Em outras palavras, assim como os europeus, os americanos tiveram que criar suas identidades nacionais.

Ante ao contexto, às fragilidades e às contradições a composição de nação e nacionalidades latino-americanas assumiu o ponto de partida de sua condição de ex-colônias. As narrativas contraditoriamente seguiram os modelos europeus. Eram elementos aparentemente testificados, pois representavam os países de ponta da época. No entanto, a afirmação das nacionalidades europeias surgia a partir de discursos expansionistas e asseveração de um ideal de superioridade racial. Nos países latino-americanos, apesar da contradição, tais construções serviram para afirmações de poder e controle do Estado por determinados grupos.

A constituição de todos esses elementos provocou Bomfim a refletir sobre a América Latina. Certamente as contradições socioeconômicas, os regimes políticos instáveis e as elites político-econômicas muito conservadoras instigaram o autor a ponderar até que ponto a América Latina era realmente autônoma. Bomfim buscou evidenciar, sobretudo, as razões do atraso daquelas ex-colônias revertendo o mesmo discurso de inferiorização. Em diversos pontos negativos (ou assim compreendidos) interpretou o oposto, enxergando possibilidades de transformação.

Então, entendeu o fenômeno da nacionalidade brasileira composta em três perspectivas: antilusitana ou antibragantina, diversa às concepções raciais e a caracterização do Brasil enquanto parte de um bloco regional: a América Latina. Tais concepções representam tanto um processo analítico quanto acepções pessoais. É um processo de reflexão porque Bomfim empreende um exame sobre o decurso histórico latino-americano. Não obstante as singularidades de cada nação, América Latina teria elementos em comum em sua formação a partir da influência e consequências do colonialismo europeu. Aspecto que engendraria, entre outros efeitos, o de uma identidade ainda pautada em modelos do colonizador. Por outro lado, as análises de Bomfim também são uma afirmação pessoal. Afinal, havia obstinada busca pelo o convencimento dos interlocutores e, em consequência, da transformação social.

No fim, o que o autor de *Males de Origem* busca é a idealização de outra narrativa para o Brasil e para a América Latina. Uma construção de um discurso que possibilite aqueles meios de transformação social e que sejam uma ferramenta para esse fim. Por isso, o autor faz a desconstrução da narrativa colonial através do



antilusitanismo. Não obstante, nesse processo de desconstrução imperativamente utiliza a mesma narrativa colonial em uma perspectiva distinta. Visão outra que transforme aquele passado colonial em um novo mito fundacional, significando a superação, em consequência, de suas contradições.

Tendência semelhante é empreendida por Bomfim em relação às teorias raciais. A desvantagem é desconstruída pela desqualificação da pseudociência. No entanto, a construção perpassa pela assimilação do discurso racial em outra ótica. O que anteriormente era conceituado como uma desvantagem – a miscigenação – passar a ser uma vantagem. Sem abandonar as premissas Evolucionistas e até mesológicas, advoga o mestiço latino-americano como o representante desse território e de sua gente. Portanto, elemento humano fundamental para construção de nações autônomas.

E, todo esse processo, para inferir a concepção de que para se compreender o Brasil é imprescindível vê-lo no seu conjunto: o continente latino-americano. Afinal, o bloco se formou de modos semelhantes, produzindo idênticas consequências entre os distintos países que constituem o continente. Então, apreender um, o Brasil, é procurar compreender o outro, a América Latina. O inverso é igualmente correto, já que na ótica contrária toma-se apenas o ponto de vista do geral para o singular. Aspecto que não alteraria as compreensões, apenas lhes dariam diferentes prismas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. (Série Temas Vol. 9).

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Prefácio de Darcy Ribeiro, Franklin de Oliveira e Azevedo Amaral. Edição do Centenário. Rio de Janeiro: 2005.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Edição Kindle.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História: deturpação das tradições degradação política**. Prefácio Ronaldo Conde Aguiar. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2013.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.



ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n.º 35, p. 274-305, Abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso: 28 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222014000100010>.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**: história de uma ideologia. 4.^a ed. Introdução de Alfredo Bosi. Supervisão editorial de Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Pioneira, 1983.

NEVES, Cleiton Ricardo das. **Discutindo Identidades**: Manoel Bomfim e o discurso identitário latino-americano. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/15_CleitonNeves_DiscutindoIdentidades.pdf. Acesso: 22 dez. 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PASSETTI, Gabriel. Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859. IN: **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (2): 2009, p. 107-142.

REIS, João Carlos. **As Identidades do Brasil 2**: De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.